

# *A incidência de fatores internos na formulação da política externa: O Brasil e seu projeto de nação na fronteira com a Argentina durante a transição do Império para a República*

MAXIMILIANO ZUCCARINO<sup>1</sup>

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires

BRUNO PEREIRA DE LIMA ARANHA<sup>2</sup>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**Resumo:** Este artigo pretende explicar a política externa do Brasil em relação à sua fronteira com a Argentina – mais especificamente, a zona litigiosa que circunda o território de Misiones- entre o final do século XIX e o início do século XX. A partir da análise dos trabalhos de vários analistas do campo das relações internacionais, será dada especial atenção à incidência de fatores internos na formulação e execução da política externa, especialmente o que toca o tipo de regime prevaiente, já que, naquele momento, estava ocorrendo no Brasil a passagem da Monarquia para a República, o que, como se verá, exerceu um impacto direto no avanço e consolidação da fronteira sul pelas autoridades brasileiras.

**Palavras-chave:** Fatores internos da política externa, Fronteira Brasil-Argentina, Projeto de nação brasileiro no fim do século XIX.

**Abstract:** This article intends to explain Brazil's foreign policy in relation to its border with Argentina -especially the litigious zone that surrounds the territory of Misiones- in the late nineteenth and early twentieth centuries. To this end, taking into account the work of various analysts in the field of international relations, special attention will be given to the incidence of internal factors in the formulation and execution of foreign policy, especially the type of prevailing regime, since at that moment it was happening in Brazil the transition from the Monarchy to the Republic, which, as will be seen, had a direct impact on the advance and consolidation of the southern border by the Brazilian authorities.

**Keywords:** Internal factors of the external policy, Argentine/brazilian border, Brazilian national project at the end of the 19th century.

Recebido em 03/11/2017 e aceito em 20/12/2018.

---

1. Doutor em História pelo Instituto de Estudios Histórico-Sociales, Facultad de Ciencias Humanas (FCH), Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Argentina. Membro da Planta Estable do Centro de Estudios Interdisciplinarios en Problemáticas Internacionales y Locales (CEIPIL-UNICEN-Comisión de Investigaciones Científicas de la Provincia de Buenos Aires (CICPBA), Argentina). E-mail: maximilianozuccarino@yahoo.com.

2. Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: bruno.aranha@usp.br.

### Marco Teórico

**É** importante iniciar o presente estudo, referenciando à tese de Rubén Perina (1988). O autor aponta que a política externa deve ser entendida como um conjunto de decisões e medidas tomadas pelo Estado, em resposta às demandas e determinantes internos e externos, com o objetivo de defender e promover os seus interesses no **âmbito** internacional. Esta afirmação -que procuramos corroborar nesta pesquisa- deve ser complementada por outras duas: a política externa, como política pública, tende a legitimar e sustentar esses valores e interesses no interior do seu espaço nacional e, por outro lado, a sua concepção e implementação também atendem, juntamente com os interesses do Estado, à classe dirigente que circunstancialmente esteja no exercício do poder.

Estes pressupostos, que guiam esta investigação, permitem também outorgar dentro da presente análise um maior peso às variáveis internas ao interpretar a formulação de política externa, sem ignorar a incidência de condições externas ou sistêmicas, as que historicamente -desde o campo disciplinar das relações internacionais e além dos avanços no corpus teórico que serão referidos abaixo- tem sido os principais fatores explicativos do comportamento externo dos países da América Latina em geral e do Brasil em particular.

A este respeito é importante salientar que, embora a literatura a respeito dos aspectos internos da política externa tenha começado a se desenvolver nos Estados Unidos no final de 1950 -sendo complementada, na próxima década, com a obra de Pierre Renouvin sobre o desenvolvimento do conceito das *fuerczas profundas* (forças profundas) como fator que influencia na tomada de decisões em assuntos internacionais (RENOUVIN e DUROSELLE, 2000)- a temática **não encontrou eco imediato na**

**América Latina, onde recebeu** muito menos atenção do que as variáveis exógenas, devido, entre outros fatores, ao fato de que, a nível latino-americano, a abordagem predominante considerava a posição “periférica” dos países da região, a qual colocava o sistema internacional como principal fator determinante do seu comportamento externo, conseqüentemente, subestimando a importância dos fatores internos na formulação e aplicação da política externa (RUSSELL, 1990).

Diante dessa realidade, e também em sintonia com o surgimento de novas abordagens, tratamos de valorizar a incidência de variáveis internas na formulação da política externa, destacando a incidência da adoção de um modelo político-econômico. Nesse sentido, são extremamente úteis os trabalhos de analistas e teóricos do campo das relações internacionais, entre os quais se destaca o cientista político alemão Volker Rittberger. Ao fazer referência ao liberalismo utilitarista, o autor enfatiza o que ele chama de estudo sub-sistêmico, buscando explicar a política externa dos Estados através do enfoque que toca os aspectos internos das nações, em oposição ao Neorrealismo, teoria que coloca ênfase nas restrições e normas de comportamento do sistema internacional como determinantes da conduta internacional dos Estados. Assim mesmo, a perspectiva construtivista considera que, tanto os fatores internos, como os externos, afetam o desempenho dos Estados na arena internacional. Já Roberto Miranda (2011), aponta a diferença entre as previsões realistas e o institucionalismo internacional, que considera as variáveis domésticas, especialmente no que toca o tipo de regime no poder, como eixo das decisões de política externa, assim como o estruturalismo, que analisa a política externa como um instrumento da classe dominante, para finalmente concentrar a sua análise sobre outras abordagens que combinam componentes nacionais e internacionais.

Dentro as correntes teóricas de cunho anglo-saxão, se destaca a do institucionalismo neoliberal, que considera os fatores nacionais como fundamentais para compreender a política externa, pois é nesta área onde os grupos ou indivíduos envolvidos na formulação de projetos políticos exercem a sua influência, além de coordenar coalizões e redes com os seus homólogos estrangeiros para influenciar nos processos internacionais (KEOHANE e NYE, 1988). A este respeito, Robert Putnam (1988) considera que os fatores internos podem determinar a política externa de um país, seja para alcançar os objetivos do Estado ou dos grupos que influenciam suas ações, estabelecendo assim uma coalizão entre as duas partes.

Em relação a estes grupos responsáveis pela teoria da formulação da política externa, é relevante a contribuição de Lawrence Stone, que proporciona o conceito de prosopografia, ou método prosopográfico, definido como “*una investigación retrospectiva de las características comunes de un grupo de protagonistas históricos, a través de un estudio colectivo de sus vidas*” (STONE, 1986, p. 61). Segundo esse autor, o seu valor é que permite descobrir as intenções de fundo que subjazem à retórica política ou analisar as afiliações sociais e económicas dos agrupamentos políticos, a partir de um estudo sobre o papel social de grupos com certo status, tais como, diplomatas, funcionários públicos, etc., a fim de demonstrar a força coesiva do grupo em questão, ligado pelo sangue, formações educativas semelhantes, interesses económicos comuns, compartilhando também preconceitos, ideais e ideologia.

Nesta linha que tende a valorizar os fatores ou variáveis internos, Helen Ingram e Suzanne Fiederlein (1988) afirmam que o estudo das influências internas sobre a política externa é um campo crescente que enfatiza o papel desempenhado por várias forças e instituições políticas,

como o Legislativo, a burocracia, a opinião pública e alguns grupos de interesse. Manfred Wilhelmy (1991), por sua vez, propõe uma abordagem semelhante aplicada ao caso da América Latina, argumentando que a política externa é uma política pública e, como tal, é passível de ser submetida a processos de análise análogos às demais.

Passando para as análises dentro do âmbito latino-americano, Roberto Russell assinala que, no processo de formulação da política externa, embora exista envolvimento de atores governamentais e não governamentais, do país e do exterior, os quais, por sua vez, exercem influência através de diferentes mecanismos, a adoção da decisão só pode ser realizada por atores governamentais nacionais autorizados para comprometer os recursos da sociedade (RUSSELL, 1990). Outro autor que têm enfatizado a importância do estudo dos fatores internos é Marcelo Lasagna (1995). Ele destacou como fatores explicativos importantes, embora não exclusivos, os relacionados à conduta externa de um Estado em relação às crenças e ações dos formuladores de políticas das instituições burocráticas estatais, que são, por sua vez, influenciados pela sociedade, sobretudo pela classe política. Lasagna também dá ênfase especial sobre o regime político, porque é o núcleo central do processo de tomada de decisões do governo. Neste sentido, torna-se altamente relevante a análise dos princípios e valores que justificam as orientações das políticas públicas adotadas por um determinado governo, incluindo a política externa, que por sua vez, é condicionada pelos princípios básicos do regime e, conseqüentemente, pela ideologia do grupo ou partido no poder e a coalizão de interesses que o sustentam.

Outros autores, como William Hazleton e Heraldo Muñoz (1987), enfatizam os vários fatores e atores que influenciam no processo de tomada de decisões dentro da política externa dos Estados (especialmente os da América Latina), tais como as empresas transnacionais, a teoria realista do

poder e as percepções ou imagens que cada país tem do sistema internacional, da potência hegemônica e dos Estados vizinhos, destacando assim a importância de atores e influências internas e externas no processo. A este respeito, Peter Gourevitch (2007) vai ainda mais longe e alerta para a existência de uma interação e influência mútua entre política externa e estrutura interna, considerando que elas devem ser analisadas simultaneamente como um todo. Finalmente, o cientista político e diplomata chileno Alberto Van Klaveren (1984) é um dos autores que provavelmente sistematiza de forma mais clara a questão das variáveis externas e internas. Dentro do primeiro grupo inclui as perspectivas “sistêmicas”, “de la dependencia”, “cuantitativas sobre dependencia y política exterior” e as “políticas de poder”, enquanto que em relação aos fatores internos, destaca a importância da orientação do regime, os processos de tomada de decisão e política interna e a política burocrática.

Além dos autores citados, há que acrescentar outros cujos trabalhos têm sido publicados recentemente. Neste sentido, devemos mencionar a linha de investigação seguida pelo *Centro de Estudios en Relaciones Internacionales de Rosario*, Argentina (CERIR), que valoriza a incidência das variáveis domésticas na formulação da política externa. Esteban Actis (2012) e Eliana Calderón (2014), por exemplo, propõem este olhar para analisar diferentes aspectos da política externa brasileira. Anabella Busso (2014), por sua vez, argumenta que, sem ignorar o impacto das variáveis sistêmicas, as mudanças na política externa são, em grande parte, explicadas pelas causas internas, entre as quais se destacam as crises político-econômicas, as tensões entre diferentes modelos de desenvolvimento e suas respectivas estratégias de inserção internacional -liberalismo e alinhamento de um lado, desenvolvimentismo e autonomia por outro- e as variações na concepção de democracia. Finalmente, Ornella Fabani (2016), seguindo alguns autores contemporâneos árabes e outros clássicos como James Rosenau (1997),

reafirma a necessidade de adotar uma abordagem que combine variáveis internas e externas (ou “intermésticas”) na análise da política externa de um Estado.

Além destas contribuições, outros autores contemporâneos têm destacado a necessidade de considerar os condicionamentos internos na formulação da política externa. Entre eles podemos citar Mauricio Alice (2009), que argumenta que analisar a estratégia internacional de um país deveria observar o perfil, comportamento e condições dos responsáveis pela execução da política externa. Neste contexto, o autor destaca os atores oriundos do âmbito privado -opinião pública, mídia, associações de certos setores políticos ou econômicos, ONGs e organizações representativas da sociedade civil, entre outros- que possam vir a exercer uma influência considerável.

Leandro Sánchez (2013) aborda a participação do “*cuerpo decisional legislativo*” na elaboração da agenda de política externa, vendo-o como uma restrição interna, já que em grande parte responde à relação de forças na sociedade e atua como um intermediário e articulador entre o poder institucional e os cidadãos. Pablo Valenzuela (2013), por sua vez, propõe o conceito de “*actores domésticos autónomos*”, entendidos como grupos de interesse que procuram realizar legitimamente suas próprias agendas e, portanto, influenciar o governo a tomar ou deixar de tomar certas diretrizes de políticas públicas que podem prejudicar os seus interesses. No entanto, quando as questões de política externa estão relacionadas com a guerra e a paz ou assuntos de segurança, é plausível esperar que essas desempenhem um papel limitado.

Nesse sentido, Schenoni e Ferrandi Aztiria (2014) reconhecem a influência de vários grupos de interesses nacionais na tomada de decisões de política externa, e vão ainda mais longe, propondo que o aumento

no número de atores envolvidos neste processo gera três efeitos: maior estabilidade, maior poder de negociação e mais poder de agenda. Hugo Dalbosco (2014), por sua vez, toma elementos de três abordagens teóricas da ciência política para estudar a política externa: a teoria das elites, a teoria da burocracia (nesse caso, o serviço diplomático profissional) e a análise de políticas públicas.

Assim, levando em consideração todas estas contribuições, pode-se argumentar como a principal hipótese de trabalho, que a política externa deve ser considerada como uma das muitas políticas públicas -através da qual se procura satisfazer os interesses internos do Estado, assim como os da classe dirigente que conjunturalmente esteja no exercício do governo- que é o resultado de uma combinação de variáveis internas, próprias do modelo de desenvolvimento político-económico, e externas, dependentes do contexto internacional e hemisférico. Em relação a este ponto de vista surge a necessidade de ampliar o espectro teórico nos estudos de política externa e desenvolver novos marcos e ferramentas para analisá-la, no sentido de incorporar elementos para a construção de uma perspectiva que combine o impacto das variáveis externas e, acima de tudo, internas na formulação da política externa das nações. No caso particular do Brasil, constituiu um estudo de caso paradigmático a política deste país em relação à questão da sua fronteira com a Argentina entre o final do século XIX e o início do século XX, um período de transição entre o Brasil imperial e o republicano.

### **A política externa brasileira em relação à disputa de fronteira com a Argentina após a queda da Monarquia.**

Durante o século XIX, em meio ao contexto da emergência das

novas nações americanas recém independentizadas, o Brasil era um caso peculiar em meio aos seus vizinhos. Era a única nação independente da América onde a monarquia continuou vigente após o fim do domínio das coroas europeias.<sup>3</sup> Outro fator peculiar era que a dinastia reinante no país era uma continuação da linhagem europeia dos Habsburgos e dos Braganças. Sendo assim, o Brasil era visto por seus vizinhos como um tipo de continuidade do imperialismo europeu, sendo considerado como uma possível ameaça às nações independentes do continente.

Simón Bolívar, em seu ideário de construção de uma grande nação sul-americana unificada, não enxergava o Brasil como parte desse projeto. Para ele, a nação imperial representava os interesses da Santa Aliança, uma coligação que defendia os interesses das monarquias europeias, capaz até mesmo de recolonizar as nações americanas libertadas do domínio europeu. Assim registrou o libertador em 1825:

(...) temo que trate de enganar-nos de acordo com o imperador do Brasil. Soube que os espanhóis se haviam posto de acordo com aquele príncipe para ligar seus interesses sob os auspícios da legitimidade (...). Também parece certo que o rei de Portugal chegou a um acordo com seu filho, o príncipe do Brasil; tudo com o fim de legitimar a América Meridional. Por desgraça, o Brasil limita com todos os nossos estados; por conseguinte, tem facilidades muitas para fazer-nos a guerra com sucesso, como o queira a Santa Aliança. De fato eu penso que será agradável a toda a aristocracia européia que o poder do príncipe do Brasil se estenda até destruir o germe da revolução (ALEIXO, 1983, p. 12).

---

3. O México foi o único outro caso onde existiram dois breves períodos de governos monárquicos: 1821-1823 (Imperador Agustín de Iturbide) e 1863-1867 (Maximiliano I). O segundo e último imperador pertencia à Dinastia dos Habsburgos, a mesma que reinou no Brasil durante 67 anos. O caso brasileiro foi único na América no que se refere a um Império de tamanha longevidade temporal.

Para Bolívar, o fato de o Império Brasileiro possuir fronteiras com todas as nações hispânicas, representava uma ameaça, um perigo real de expansão territorial por parte da nação vizinha.

O plano bolivariano de unificação das nações hispânicas não obteve resultado. Anos depois, em 1850, o intelectual e político argentino Domingo Faustino Sarmiento planteou um projeto de nação -que igualmente não deu resultado efetivo- onde haveria uma espécie de releitura do antigo Vice Reino do Prata, com a diferença de que seria adotado um sistema republicano. Para ele, somente a configuração de uma grande nação platina, composta pela Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai, poderia fazer frente ao Império Brasileiro:

*Los Estados del Plata están llamados, por los vínculos con que la naturaleza los ha estrechado entre sí, a formar una sola nación. Su vecindad al Brasil, fuerte de cuatro millones de habitantes, los ponen en una inferioridad de fuerzas que sólo el valor y los grandes sacrificios pueden suplir (...)* (SARMIENTO, 1850, p. 18).

Em 1889, após um período de 67 anos sob um sistema monárquico, o Brasil tornou-se uma República. O fato ocorreu mediante um golpe orquestrado pela elite militar do país, insatisfeita com a falta de poder político desta classe após a vitória na Guerra do Paraguai. Tratava-se de um novo projeto de nação, o qual, no que tocava à sua Política Exterior, não deixou de aspirar às pretensões imperialistas do período monárquico. O maior símbolo dessa continuidade era o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores de quatro governos republicanos, era um monarquista convicto, tendo, inclusive, sido nomeado conselheiro do Império pelo imperador Dom Pedro II nas vésperas do Golpe Republicano. O diplomata também evocava a República como uma continuidade da “civilização” do Império, herdeiro das tradições europeias, em contraposição às “repúblicas

bárbaras” do lado castelhano do continente, resultado da fragmentação e “barbárie” do antigo Império Espanhol. O Barão usou este argumento para justificar o alinhamento brasileiro com os Estados Unidos, “o Império do Norte”, em contraposição a uma possível aliança com os países vizinhos considerados por ele como nações atrasadas (MELLO E SILVA, 1995).

No que tocava a sua política exterior, o Barão do Rio Branco planteava uma posição de potencia regional para o Brasil. Reconhecia a liderança dos Estados Unidos a nível continental, e, mediante uma aliança com esta nação, buscava assegurar uma liderança brasileira a nível sul-americano. Parte desta política girava em torno da consolidação das fronteiras da nação. O Barão alcançou o posto de Ministro das Relações Exteriores após atuar como advogado da delegação brasileira em duas vitórias no que se referiu a dois litígios fronteiricos: em 1895 com a Argentina (questão de Misiones) e em 1900 com a França (questão das Guianas).

O maior nome da diplomacia brasileira era íntimamente ligado às maiores figuras do período monárquico, no entanto, essa não era a posição de grande parte da classe militar que apoiou o Golpe Militar em 1889, sobretudo do contingente mais jovem. Para esse grupo, a Monarquia representava um passado de atraso a ser superado. A tarefa de assegurar as fronteiras e de consolidar a “grandeza” do Brasil estaria nas mãos dos jovens republicanos e não mais do Império, cujo projeto teria sido falho.

Resulta importante lembrar que a questão da ocupação das fronteiras também era um tema importante para o governo imperial. Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, Ministro das Relações Exteriores entre as décadas de 1840 e 1850, deu bastante ênfase para o problema dos “vazios” dos espaços internos da nação: “Pode-se dizer que a população do interior não se fixou bem ainda” (SOUSA, 2002, p. 118). Em 1857, Jerônimo Francisco Coelho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra

do Império, lançou a ideia de uma “colonização militar” para ocupar esses espaços “vazios” de fronteira com os antigos domínios castelhanos. A fundação de colônias militares foi parte de um amplo projeto, de modo que na década de 1850 foram criadas 21 colônias militares, espalhadas de norte a sul do Brasil. Na região sul, na zona limítrofe com a Argentina, foram criadas as seguintes colônias militares: Chopim (1859), Alto Uruguai (1879), Chapecó (1882) e Iguaçu (1889) (NUNES, 2012).

Figura 1 - Colônias militares no Brasil, fim do século XIX.



Fonte: Wood (1972), citado em Bruggemann (2013, p. 43).

A criação do Território Nacional de Misiones, junto à área de litígio fronteiriço com o Brasil, foi considerada como uma resposta do presidente argentino Julio A. Roca ao Império do Brasil, que havia criado colônias

militares no lado brasileiro da fronteira (MONIZ BANDEIRA, 2004).

Sendo assim, o olhar sobre a fronteira resulta num problema chave para entender os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira em relação à Argentina entre o final do Império e o início do período republicano. Ocupar os espaços “vazios” internos do país era de fundamental importância para que o problema “externo” não resultasse em uma possível ameaça. Ou seja, tratava-se da possibilidade de um avanço das nações vizinhas sobre territórios que os republicanos defendiam que fossem essencialmente brasileiros.

Nesse sentido, não se tratava meramente de um litígio de fronteira com outros países. Era um processo de um contínuo avanço da ocupação do território brasileiro no sentido oeste, uma vasta região que ainda carecia de uma presença efetiva do Estado. Seria um processo semelhante ao da ocupação do oeste dos Estados Unidos durante o século XIX. Nesse caso, seguindo os pressupostos de Frederick Jackson Turner, a fronteira não é simplesmente uma linha demarcatória, trata-se de uma vasta região onde ocorre todo um processo gradativo de ocupação da terra (TURNER, 1893).

No caso brasileiro, o avanço desta fronteira interna fatalmente iria chocar-se com a fronteira externa. No que tocava às questões fronteiriças com a Argentina, os limites ainda não estavam definidos durante o início da República brasileira. Portanto, para os militares, ocupar as vastas regiões do sudoeste, significava assegurar os interesses brasileiros ante uma possível cobiça argentina de querer dominar o território litigioso que era considerando de vital importância para o novo governo brasileiro.

Levando-se em conta os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira do período, cabe perguntar: quem eram esses jovens militares que sustentaram apoio ao novo governo Republicano? Para responder a essa questão, é importante apontar para a existência da Escola

Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do país. Instituição criada em 1857, ainda no período imperial, passou a ser conhecida como “Tabernáculo da Ciência” nos anos que antecederam o início da República, justamente porque era nesse espaço que seus alunos tomavam contato com as ideias científicas de vanguarda, oriundas da Europa. Era um conjunto eclético de ideias científicas que iam do positivismo ao evolucionismo (ABREU, 1998).

O diferencial desta escola residia na valorização do ideal meritocrático. Poderia ingressar nela, qualquer cidadão maior de 16 anos que sabia ler, escrever e efetuar as quatro operações. Isso já não ocorria nas outras escolas destinadas à “aristocracia de berço”, essa “sociedade de corte” (ELIAS, 2001) consistia em um modelo onde somente pessoas com um grande capital social herdado poderia ter acesso às carreiras mais tradicionais, caso das faculdades de direito (ABREU, 1998).

A Escola Militar estava atrelada a um contexto não somente nacional, tratava-se de uma demanda global que tocava a modernização dos exércitos. Nesse aspecto, as funções técnicas como a do engenheiro, função que ganharia muito prestígio dentro do ambiente militar no final do século XIX, ganharam extrema importância no período. A problemática de demarcação de fronteiras, atividade importantíssima para os Estados modernos da época, estava ligada diretamente à atuação dos engenheiros militares (ABREU, 1998).

No entanto, essa era uma área rejeitada pelos bacharéis em direito, mas que poderia ser preenchida por pessoas que não possuísem origem “nobre”. Essa geração de jovens militares se opunha à Sociedade de Corte brasileira, a qual conformava um grupo relativamente homogêneo por ter uma formação jurídica realizada nas duas principais escolas de direito do país, localizadas em São Paulo e Olinda (ABREU, 1998).

Muitos alunos da Escola Militar eram oriundos do interior do país, não possuíam origem “nobre”, mas enxergavam a Instituição como uma maneira de alcançar algum tipo de inserção ou alguma oportunidade de conquistar um trabalho de relevância na capital. Isso tampouco significava que estavam inseridos efetivamente na elite militar que estava descontente com o Império. O que cabe salientar é o fato de ter sido um grupo que deu forte sustentação ao processo que culminou com a queda do imperador e com a consequente Proclamação da República. Esses jovens militares se encarregariam de dar prosseguimento à tarefa de avançar efetivamente as fronteiras do Estado brasileiro. No caso deste artigo, enfocaremos a questão referente à fronteira com a Argentina, localizada entre o oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina e o nordeste da província argentina de Misiones.

### **O avanço da fronteira sul através do relato do militar José Maria de Brito.**

No fim do século XIX, em meio à transição entre Monarquia e República, várias expedições e viagens foram patrocinadas pelo governo brasileiro, em busca de maiores informações e relatos sobre essa área de fronteira, ainda pouco explorada, e que, de acordo com a mentalidade da época, era passível de desenvolvimento econômico. As extensas áreas dotadas de erva-mate, a paisagem natural e uma vasta área apta para a colonização chamaram a atenção desses viajantes, conforme seus relatos nos mostram. Dentro da variada gama de relatos dos viajantes que se dirigiram para o território litigioso entre Brasil e Argentina, selecionamos para análise, o relato do militar José Maria de Brito, intitulado *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*.

O militar era natural do estado do Piauí, mudou-se para a capital do

país com o intuito de estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, o que influenciou diretamente em sua adesão à causa republicana. Foi membro da Comissão Estratégica de Guarapuava, criada em 1888 pelo Ministério da Guerra do Império com a finalidade de ocupar a região de fronteira com a Argentina. Essa Comissão foi responsável por fundar a Colônia Militar do Iguazu em 1889, localizada entre os rio Iguazu e Paraná, na fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Cabe salientar que na área onde o Iguazu desemboca no Paraná -por isso o nome Foz do Iguazu- a fronteira já estava delimitada. A área que era objeto de litígio, situava-se a 80 km a leste de colônia.

**Figura 2 - Mapa argentino apontando as atuais áreas do oeste de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná como territórios pertencentes à Argentina, 1882.**



Fonte: Amable, Rojas e Braunig (2011, p. 154).

Outro ponto importante a enfatizar é que o relato se trata de uma

memória póstuma sobre os fatos relatados. Embora fosse lançado pela primeira vez em 1938, ainda carregava um teor altamente influenciado pelo contexto do final do século XIX. O autor teceu pesadas críticas à Monarquia e exaltou o “dever republicano” de ocupar a fronteira com a Argentina. Para ele, tratava-se de uma nova política exterior que corrigiria os erros do governo anterior.

O fato de utilizar o termo “descoberta” no título da obra denota o quanto acreditava estar fazendo um tipo de releitura do colonialismo e dos “descobrimientos” dentro do contexto do século XIX, seria uma espécie de colonialismo interno praticado pelas novas nações americanas que buscavam integrar os seus cantos recônditos de fronteira ao sistema capitalista, o que pode estar associado à própria expansão do capitalismo e do neocolonialismo praticado pelas nações europeias na África e na Ásia. (ZUSMAN, 2010 e SERJE, 2005).

Brito se autodenominava como um dos “descobridores” da região. Projetava uma centralidade -baseada no Rio de Janeiro- em relação a uma periferia -região de Iguazu- a ser conquistada de maneira efetiva pelo Estado brasileiro. Se o projeto imperial havia cessado, caberia ao governo republicano levar adiante tal empreitada, e ele julgava-se um representante nato desse projeto:

Depois (...) da *descoberta*<sup>4</sup> e fundação da Colônia Militar da Foz do Iguazu, é tempo de escrevermos algo sobre estes acontecimentos (...). O principal móvel que me anima o sentimento, publicando este trabalho não é outro senão o de prestar mais um serviço ao meu país (...) (BRITO, 2005, p. 23-24).

O primeiro capítulo, intitulado *A Fronteira no fim do Império*, faz uma

---

4. Itálico nosso.

contextualização da área fronteira nos momentos prévios à expedição. Se o título já denota o quanto o fim da Monarquia estava próximo, a tônica principal do texto vai no sentido de atribuir aos militares republicanos o papel de levar adiante o projeto de ocupar a fronteira e fazer frente à Argentina “por ser um ponto estratégico (...) bem como a fundação de uma Colônia Militar e a construção de um forte, com capacidade suficiente para opor obstáculos a nações estrangeiras que (...) tentassem invadir o nosso território” (BRITO, 2005, p. 29).

Na visão do autor, essa era uma preocupação exclusiva do Ministério da Guerra, e não necessariamente do governo imperial. Eram os militares que pressionavam o imperador a desenvolver políticas em relação à fronteira: “(...) cogitavam de influenciar junto ao Governo Imperial, para fazer estacionar uma flotilha da Marinha Nacional, nas águas brasileiras, no Majestoso Paraná, a fim de melhor fiscalizar os interesses brasileiros na região” (BRITO, 2005, p. 29). Não obtendo êxito nessa questão, o próprio imperador foi alvo de críticas por parte dos militares, conforme aponta Brito: “(...) Pedro II (...) e especialmente a malfadada política, protelaram a ideia nascente até cair no esquecimento (...) a ideia da descoberta da Foz do Iguçu continuou de lado; desapareceu mesmo das conversas usuais” (BRITO, 2009, p. 29-30 e 34).

Há que aclarar, uma vez mais, que o relato foi escrito tempo após a queda da Monarquia, portanto, era um espaço livre para o autor legitimar historicamente o golpe que findou o Império e estabeleceu a República. Essa é a tônica de todo o primeiro capítulo da obra, é somente a partir do capítulo seguinte que Brito relata os acontecimentos da expedição da qual fez parte como sargento. Ainda assim, não deixou de tecer críticas ao império e enaltecer a República, que, segundo ele, foi a responsável por levar o progresso à região. É uma narrativa fortemente influenciada

pelo positivismo característico da época e que influenciou a classe militar brasileira. O fato de destacar o tenente da expedição, José Joaquim Firmino, como um eficiente engenheiro, nos revela uma conotação simbólica de oposição entre a nova classe republicana, que seria vinculada ao progresso, e a antiga nobreza imperial dos bacharéis.

Em 7 meses conseguiu o intrépido tenente Firmino efetuar a descoberta de tão desejada quão necessária Foz do Iguaçu, que comodíssimo de uns e a política de outros não haviam permitido antes! (...) se este fato (ou descoberta) houvesse se realizado em outra época, quantos zeros acrescentar à direita do total supra? E por quantos meses seriam necessários multiplicar o número dos que foram empregados no grande feito? (...) não houve político que se interessasse pela descoberta da Foz do Iguaçu. Foi preciso a intervenção de oficiais do Exército, para se realizar o acontecimento que nos ocupamos! (...) César venceu em combates cruentos, com a espada em punho, ao passo que Firmino venceu em combates incruentos, com o instrumento de engenharia na mão, fato nobilitante (BRITO, 2005, p. 48-49 e 55).

Vimos até agora como o contexto da ascensão dos militares provocou uma ruptura na política brasileira com a mudança do regime de governo. Através do relato de Brito, detectamos o discurso dos republicanos de menosprezar tudo o que era relacionado à Monarquia. O autor tinha a intenção de passar a mensagem de que foi somente com a República que foi possível ser iniciada uma política de efetiva ocupação da fronteira. Tal afirmação não deixa de ser passível de uma análise mais crítica. Não é nossa preocupação se aprofundar nesse tema, no entanto, é importante aclarar, conforme já foi visto, que foi o Império que iniciou tal política através da implementação das colônias militares por toda a fronteira oeste brasileira, incluindo as quatro que foram construídas junto à fronteira com a Argentina.

Os viajantes argentinos que se dirigiram à Misiones durante o final

do século XIX atentaram para esse fato e lamentavam que seu governo não realizasse a mesma política fronteiriça. É o caso de Juan Bautista Ambrosetti, que registrou o seguinte relato quando visitou a Colônia Militar do Alto Uruguai:

*La Colonia Militar fue fundada por iniciativa del Barón de San Jacob, Coronel Diniz Dias, quien se empeñó con el Gobierno Imperial, siendo decretada su fundación en 1879.*

*El fin de esta Colonia no fue simplemente la Agricultura, sino más bien político bajo el punto de la Estrategia Militar, según ellos, pero yo no veo qué importancia estratégica puede tener, cuando cerca no hay poblaciones, (sino) la Costa Argentina desierta e inaccesible (...). El único beneficio que reporta esa Colonia es empezar a poblar la región del Alto Uruguay, honor indiscutible que corresponde a los Brasileños; no por la prioridad, sino por la forma que lo han hecho (AMBROSETTI, 1892, p. 65-66).*

Outro viajante argentino, Florencio de Basaldúa, seguiu essa mesma tônica: o projeto de ocupação da fronteira por parte do governo brasileiro seria um exemplo a ser seguido pela Argentina, cuja fronteira, todavia, seguia deserta de povoamento e de civilização:

*Una línea de vapores brasileiros (sic) navega todo el Alto Ú-guaizú (sic), desde Curitiba, ciudad capital de la provincia de Paraná, hasta las cercanías del río Oiarbide que hoy decimos San Antonio-guaizú, donde existen otras cataratas. El ejemplo progresista de los brasileiros (sic) merece ser imitado por los argentinos, cerrando el circuito fronterizo con vapores que testimonien la civilización argentina en las puertas mismas del desierto (BASALDÚA, 1901, p. 171).*

Voltando ao relato de Brito, nos cabe perguntar: qual era a sua visão a respeito da presença argentina na fronteira? O militar revela uma posição contrária ao dos viajantes do país vizinho. Para ele, eram os argentinos que se faziam presentes na fronteira e que tiravam proveito econômico da região. Outro dado importante, apresentando pelo autor brasileiro, está relacionado às comunicações entre a costa marítima brasileira e a região de

Iguaçu, que tinham que passar obrigatoriamente por território argentino. Para realizar uma viagem do Rio de Janeiro até a Colônia do Iguaçu, era necessário ir por mar até Buenos Aires, em seguida, subir o rio Paraná até alcançar território brasileiro. O centro urbano mais importante da região era a cidade de Posadas, capital do então Território Nacional de Misiones. Não existia, até então, uma rota terrestre que pudesse conectar o litoral brasileiro e a fronteira oeste paranaense. As comunicações entre Iguaçu e a capital eram realizadas via Posadas: “A partir dessa data foi possível o tenente Firmino se comunicar com o Chefe da Comissão, via Pozadas, República Argentina” (BRITO, 2005, p. 55).

A preocupação com a presença argentina em território brasileiro foi relatada no momento em que chegou a Iguaçu: “por ocasião da descoberta da foz do Iguaçu o território brasileiro já era habitado. Existiam no mesmo 324 almas, assim descritas: brasileiros, 9; franceses, 5; (...) argentinos, 95 (...)” (BRITO, 2005, p. 57). Logo, concluímos que a “descoberta” era somente por parte da expedição militar brasileira, já que a ocupação do espaço já era realizada pelos argentinos, e muito antes pelas etnias indígenas dos Guaranis e dos Kaingangs.

O discurso em relação aos argentinos fica ainda mais agressivo quando vem à tona a questão da exploração da erva-mate. Tratava-se de uma denúncia de um problema que o novo governo republicano teria que resolver:

Há poucos anos existiam mais de 20 portos na costa brasileira: atualmente apenas 7, até Mendes! Os demais desapareceram não só por serem ocupados clandestinamente por estrangeiros, em sua maioria argentinos (...), que fizeram com o objetivo de explorar as matas brasileiras somente, como devido à questão da erva-mate na Argentina. De fato! Estes estrangeiros exploram as mesmas matas por espaço de 36 anos mais ou menos e não deixaram o menor benefício! Como demonstração de sua passagem deixaram

a devastação! Do solo pátrio apossaram-se, legislaram, impuseram o seu jugo (...). Governavam com prepotência e obedeciam com subserviência! Extraíram erva-mate e madeira e transportaram-nas para seus países (...) (BRITO, 2005, p. 80).

Tendo em conta tal contexto, Brito não deixou de enfatizar que, com a ascensão do novo governo republicano, a fronteira já não estaria mais abandonada. A partir desse momento, existiria ali, de fato, uma autoridade brasileira. O momento foi registrado apenas sete dias apenas após a proclamação da República, realizada pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Enquanto ocorria a mudança de regime, a expedição chegava até a Foz do Iguaçu:

(...) atingimos a foz do Iguaçu a 22 de Novembro de 1889, dia em que completamos 69 dias de viagem! No dia 23 o 1º tenente Vice-Diretor publicou a ordem do dia sob n.º 1. Tomou as providências necessárias para que a população iguaçuense e as repúblicas vizinhas tivessem conhecimento que na foz do Iguaçu já havia autoridade constituída para os efeitos legais (...). Eis a verdade histórica (BRITO, 2005, p. 78-79).

Por se tratar de um relato póstumo, escrito quarenta anos após a expedição, o militar salientou, na conclusão da obra, que o governo republicano logrou ter êxito no que tocava o desenvolvimento da fronteira. Em sua visão, já não existia mais o “problema argentino”, existiam caminhos que ligavam a região a outros pontos do Brasil, não havendo mais a dependência de importar produtos argentinos via Posadas:

Devido ainda ao Governo Federal, nós (...) do oeste paranaense conhecemos a Aviação, a maior maravilha do século, obra de um brasileiro -o genial Santos Dumont. Como sinal de progresso, observamos mais que no período de 1931 a esta data estabeleceram 12 casas comerciais, 2 máquinas para descascar arroz, uma para fabricar gelo (...)

possui edifícios notáveis, como o Quartel da Companhia do Exército Nacional (...) atestado evidente do progresso de um povo.

Graças aos agricultores (...) não importamos mais cereais da República Argentina, conforme acontecia (...) antes daquela era (BRITO, 2005, p. 90-91).

### **A região de Misiones e o Paraguai na disputa argentino-brasileira.**

De certa maneira, o relato anterior reflete algo sobre as relações entre Brasil e Argentina durante o final do século XIX. O problema do litígio fronteiriço foi resolvido em 1895, através de uma arbitragem internacional sob o auspício do presidente dos Estados Unidos, Stephan Grover Cleveland, que arbitrou em favor do Brasil, acarretando a assinatura do Tratado de Palmas, estabelecendo assim a linha de fronteira que perdura até os dias de hoje.

Em relação a esta sentença arbitral, deve-se notar que alguns jornais da época em Buenos Aires criticaram o suposto favoritismo de Cleveland pelo Brasil. A este respeito, de acordo com Moniz Bandeira, a decisão respondeu às demandas econômicas e critérios políticos. Estados Unidos já era então o principal destino das exportações brasileiras: comprava-lhe cerca de 60% da produção de café, bem como grandes quantidades de cacau, borracha e outros produtos. Para isto deve ser adicionado o fato de que há alguns anos, este país tinha aprovado a proposta norte-americana de União Aduaneira, apresentada pelo Secretário de Estado James Blaine na Conferência Pan-Americana de 1889 (MONIZ BANDEIRA, 2004).

Após este tratado, Brito enfatizou que “já não existem mais inimigos na fronteira”; no entanto, citando o militar Floriano Peixoto, segundo presidente da República Brasileira (1891-1894), registrou que sempre é necessário desconfiar de quem está do outro lado da mesma:

(...) Do lado do Iguaçu é povoado até os Saltos de S. Maria (...) pela sua configuração geográfica (...) serve de atalaia -contra alguma investida estrangeira que porventura surgir... Não temos inimigos na costa, é certo, mas não devemos desprezar o dilema do insigne “Marechal de Ferro” -Floriano Peixoto: “confiar desconfiando sempre” (BRITO, 2005, p. 88-89).

Esta desconfiança para com os vizinhos não só foi professada em relação à Argentina, mas também para com o Paraguai, cujo destino, sendo conectado com o mundo exterior apenas através do rio Paraná por 1300 quilômetros até o Río da Prata, o conecta diretamente à Argentina. Este imperativo geográfico, ao longo dos anos, foi se aprofundando e teve grande influência sobre as relações políticas e econômicas entre Paraguai e Argentina, em detrimento dos interesses brasileiros.

É significativa a ideia -esboçada por políticos e militares argentinos e paraguaios- de considerar o Paraguai como um “aliado natural” da Argentina ante uma hipótese de conflito com o Brasil. Isto não é surpreendente se levarmos em consideração não só as condições objetivas de dependência do país Guarani respeito ao seu vizinho do sul após a Guerra da Tríplice Aliança, mas também os laços políticos estreitos que prendiam as classes dominantes de ambos os países. A este respeito é de salientar que, embora entre 1880 e 1904 o Partido Colorado (sob a influência brasileira) dominara a cena política paraguaia, a partir desse ano até 1936 houve governos representativos do Partido Liberal, que respondia -direta ou indiretamente- aos interesses argentinos.

Este processo possibilitou uma consolidação da penetração econômica da Argentina, que tinha sobre o Brasil uma posição singularmente vantajosa pela afinidade natural da língua e das tradições comuns e à influência que necessariamente se deriva da sua posição geográfica: estava mais perto que o Brasil da parte principal do país e, por sua vez, o Paraguai

dependia das linhas telegráficas argentinas e de suas águas para se comunicar com o resto do mundo<sup>5</sup>. Assim, o Paraguai era um país destinado a manter seus principais laços econômicos com a Argentina, para onde passavam a maioria das suas exportações; além disso, Buenos Aires se constituiu no seu principal centro fornecedor, enquanto capitais argentinos investiram somas substanciais no Paraguai. Para citar alguns números, na véspera da Primeira Guerra Mundial, sessenta e oito empresas anglo-argentinas possuíam 10 milhões de hectares no Chaco Boreal dedicadas à pecuária e madeira (incluindo quebracho) e os primeiros frigoríficos funcionavam como uma simples extensão dos da Argentina, país que já monopolizava 90% do comércio exterior (SOLVEIRA, 1995).

Esta crescente influência da Argentina sobre a economia paraguaia não se deu de forma isolada; acompanhando esse processo se desenvolveu um circuito econômico que, deliberadamente promovido, contribuiu para a consolidação territorial do país do Prata naquela região recentemente disputada com os seus vizinhos, o Chaco, sendo o que Bitlloch e Sormani (1997) chamam de *enclave forestal primitivo* parte essencial deste circuito. Assim, a organização da produção de madeira e tanino (bem como a de erva mate no caso de Misiones) refere-se ao processo de apropriação e incorporação destas terras ao espaço nacional da Argentina<sup>6</sup>. Em termos semelhantes,

---

5. O tráfego fluvial para o Paraguai foi conduzido por três companhias de navegação, dois das quais foram argentinas, cujos proprietários eram Domingo Barthe e Nicolás Mihanovich, respectivamente; e a restante de capitais brasileiros (SOLVEIRA, 1995).

6. A este respeito, cabe salientar entre os vários esforços por parte do Estado argentino para povoar, organizar e controlar a região as campanhas do comandante Luis Jorge Fontana; o Decreto Presidencial de 31 de janeiro de 1872 que instituiu a *Gobernación de los Territorios del Chaco*, com capital em Villa Occidental; a fundação da cidade de Formosa em 1879 e, finalmente, a Lei 1.532 de organização dos territórios nacionais, promulgada em 1 de Outubro de 1884, que afirmava em suas disposições gerais, no artigo I, parágrafos 7, 8 e 9, a organização das províncias de Misiones, Formosa e Chaco, fixando seus limites precisos, bem como no parágrafo “*Del gobernador*” previa que eles seriam nomeados pelo

María Teresa Alarcón (2011) enfatiza a criação do que ela chama de *la ruta del tanino* (a rota do tanino) como uma parte essencial desse processo, propiciado pelo Estado Nacional Argentino em procura da colonização de novos espaços produtivos na região da fronteira do Chaco, para o qual a estrada de ferro foi o agente mais importante, contribuindo para a expansão territorial e para o desenvolvimento das empresas estabelecidas na região.

No caso de Misiones, tratava-se de uma área estratégica, não só por seu caráter fronteiriço com Brasil e Paraguai, mas também por ser rica em ervais naturais, considerando o alto nível de consumo de erva-mate na Argentina, precisamente quando estava em discussão no seio da elite do país a questão da dependência das importações de erva-mate brasileira. Neste sentido, apesar da derrota diplomática que significou a sentença arbitral do presidente Cleveland, o país do Prata continuaria interessado na região, dando assim razões certas à desconfiança mostrada por Britos e Peixoto. Ezequiel Ramos Mexía, Ministro das Obras Públicas e Agricultura da Argentina entre 1898 e 1913, mostrou uma preocupação especial por Misiones e, portanto, incentivou a construção da estrada de ferro de Buenos Aires para Posadas, estendendo a linha até Assunção. Para alguns teóricos isso foi um fato geopolítico importante, pois significou consolidar a presença argentina contra a brasileira no Paraguai. Isso mostra que, embora definida a fronteira binacional argentino-brasileira pelo Tratado de Palmas, a disputa sobre a prevalência e influência regional entre os dois países ainda não terminaria: as negociações sobre a paz no Chaco após o conflito entre Paraguai e Bolívia no início da década de 1930 são uma prova completa disso.

### **Reflexões finais.**

Levando em consideração o que foi apresentado nas páginas anteriores e, como já dissemos no início deste estudo, as variáveis ou fatores internos são necessários para entender o comportamento da política externa de um Estado. Entre eles, o estudo de caso analisado demonstra principalmente -como se referem Marcelo Lasagna, Alberto van Klaveren e correntes como o institucionalismo internacional- a centralidade do tipo de regime no poder como eixo das decisões de política externa, ao verificar a importância que teve, no caso brasileiro, a passagem do Império para República no final do século XIX e como isso influenciou no sentido de assumir uma política mais firme com relação ao povoamento da fronteira com a Argentina e sua revalorização como área de desenvolvimento estratégico.

No entanto, essa nova atitude não só deve ser entendida em relação à mudança na orientação do regime, mas também se explica, entre outros fatores, pela composição e os interesses daqueles atores que começaram a influir, com peso cada vez maior, nas decisões sobre fronteiras e política externa. Assim, torna-se relevante a análise prosopográfica proposta por Lawrence Stone ao estudar este novo grupo de militares republicanos que, como resultado de uma formação ideológica e interesses comuns (rejeição do regime imperial anterior, grandeza da pátria, ocupação de “espaços vazios”), levaram à prática esses ideais a partir de políticas específicas sobre a fronteira com a Argentina. Isso está também na mesma linha de análise proposta por Marcelo Lasagna quando ele diz que a política externa é condicionada pelos princípios basais do regime (republicano neste caso) e pela ideologia da classe dominante e a coalizão de interesses que a sustenta.

Finalmente, destaca-se também o impacto que tiveram na formulação da política externa brasileira do período -em relação ao afirmado por William Hazleton, Heraldito Muñoz e Alberto van Klaveren- a teoria realista do poder (ou política de poder) e as percepções ou imagens sobre o sistema internacional, a potência hegemônica e os Estados vizinhos. A este respeito, cabe salientar a política decididamente pró-norte-americana dos sucessivos governos brasileiros, os quais não só aceitaram a liderança estadunidense no hemisfério, mas, ainda mais, fizeram uso dela em sua tentativa de ganhar posições de poder e influência regional em relação à maior ameaça imediata para o país, segundo a percepção da classe dirigente da época: as ambições expansionistas da Argentina na bacia do Prata e, além disso, as do seu “aliado natural” numa possível guerra, o Paraguai. Sob essa lógica e neste contexto deve ser interpretada a resolução da última disputa de fronteira entre a Argentina e o Brasil sobre o território de Misiones, que não casualmente encontrou o Presidente norte-americano Stephan Grover Cleveland emitindo sentença, como árbitro da disputa, em favor das reivindicações do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.
- ACTIS, E. Los condicionantes domésticos en los diseños de política exterior: la internacionalización de capitales brasileños como nuevo objetivo de la política exterior de Brasil. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 1, n. 3, p. 399-423, 2012.
- ALARCÓN, M. *La ruta del tanino en el Chaco, Argentina*. Rivera (Uruguai): Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata, 2011.
- ALEIXO, J. Simón Bolívar e o Brasil. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 10, n. 29,

p. 11-20, 1983.

ALICE, M. El funcionamiento del proceso de toma de decisiones y las características del negociador argentino. *Serie de artículos y testimonios*, n. 55, Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, 2009.

AMABLE, M., ROJAS, L. e BRAUNIG, K. *Historia Misionera: una perspectiva integradora*. Posadas: Montoya, 2011.

AMBROSETTI, J. *Misiones Argentinas y Brasileñas por el Alto Uruguay*. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.

BASALDÚA, F. *Pasado - Presente - Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*. La Plata: s/d, 1901.

BITLLOCH, E. e SORMANI, H. Los enclaves forestales de la región chaqueño-misionera. *Revista de Divulgación Científica y Tecnológica de la Asociación Ciencia Hoy*, v. 7, n. 37, p. 41-52, 1997.

BRITO, J. *Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar*. Foz do Iguaçu: Travessa dos Editores, 2005.

BRUGGEMANN, A. *A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Theresça (1854-1883)*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

BUSSO, A. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. *Estudios Internacionales*, v. 46, n. 177, p. 9-33 2014.

CALDERÓN, E. Variables domésticas y política exterior: el condicionamiento del contexto interno brasileño sobre las políticas de seguridad en la frontera con Colombia. *Relaciones Internacionales*, v. 23, n. 47, p. 67-86, 2014.

DALBOSCO, H. *Los Diplomáticos de Carrera y la Formulación de la Política Exterior Argentina (1983-2007)*. Tese de doutoramento em Ciências Políticas, Facultad de Ciencias Sociales, Políticas y de la Comunicación,

Instituto de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina, 2014.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FABANI, O. Condicionantes domésticos, regionales e internacionales y su incidencia sobre la política exterior de Bahrein tras los levantamientos en el mundo árabe. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 5, n. 3, p. 518-544, 2016.

GOUREVITCH, P. La “segunda imagen” invertida: los orígenes internacionales de las políticas domésticas. In: ACUÑA, C. (Comp.). *Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual*. Buenos Aires: Proyecto de Modernización del Estado, 2007, p 473-504.

HAZLETON, W. Los procesos de decisión y las políticas exteriores. In: WILHELMY, M. (Ed.). *La formación de la política exterior. Los países desarrollados y América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987, p. 176-193.

INGRAM, H. e FIEDERLEIN, S. Traversing boundaries: a public policy approach to the analysis of foreign policy. *The Western Political Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 725-745, 1988.

KEOHANE, R. e NYE, J. *Poder e interdependencia: la política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano, 1988.

LASAGNA, M. Las determinaciones internas de la política exterior: un tema descuidado en la teoría de la política exterior. *Estudios Internacionales*, n. 111, p. 387-409, 1995.

MELLO E SILVA, A. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 95-118, 1995.

- MIRANDA, R. Una clave en el análisis de la política exterior argentina: su sustentabilidad. In: MIRANDA, R. e outros. *Política exterior: conceptos y enfoques en torno a Argentina*, Rosario: Pía, 2011, p. 9-47.
- MONIZ BANDEIRA, L. *Argentina, Brasil y Estados Unidos. De la Triple Alianza al Mercosur. Conflicto e integración en América del Sur*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004.
- MUÑOZ, H. El estudio de las políticas exteriores latinoamericanas: temas y enfoques dominantes. In: WILHELMY, M. (Ed.). *La formación de la Política Exterior*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987, p. 287-316.
- NUNES, F. Aspectos da Colonização Militar no Norte do Império: Povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. *Revista Brasileira de História Militar*, n. 7, p. 6-24, 2012.
- PERINA, R. El estudio de la política exterior y las relaciones internacionales. In: RUSSELL, R. e PERINA, R. (Eds.). *Argentina en el mundo (1973-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988, p. 11-18.
- PUTNAM, R. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.
- RENOUVIN, P. e DUROSELLE, J. *Introducción a la historia de las relaciones internacionales*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- RITTBERGER, V. *Approaches to the Study of Foreign Policies Derivated from International Relations Theories*. Tübingen: Center for International Relations/ Peace and Conflict Studies, Institute for Political Science, University of Tübingen, 2004, pp. 1-32.
- ROSENAU, J. *Along the Domestic-Foreign Frontier: Exploring Governance in a Turbulent World*. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 1997.
- RUSSELL, R. *Política exterior y toma de decisiones en América Latina*. Buenos

Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

SABSAY, F. *Historia económica y social argentina II. Argentina documental*. Buenos Aires: Editorial bibliográfica argentina, 1967.

SÁNCHEZ, L. *Condicionantes internos de la política exterior argentina. La participación del cuerpo decisorial legislativo en el diseño de la agenda internacional de la política exterior argentina (1999-2003)*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2013.

SARMIENTO, Domingo. *Argirópolis o la Capital de los Estados Confederados del Río de la Plata*. Santiago: Imprenta de Julio Belín, 1850.

SCHENONI, L. e FERRANDI AZTIRIA, A. Actores domésticos y política exterior en Argentina y Brasil. *CONfines de relaciones internacionales y ciencia política*, v. 10, n. 19, p. 113-142, 2014.

SERJE, M. *El revés de la nación, Territorios salvajes, fronteras y tierra de nadie*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2005.

SOLVEIRA, B. *Las relaciones argentino-paraguayas a comienzos del siglo XX*. Córdoba: Centro de Estudios Históricos, 1995.

SOUSA, P. *Entre a Autoridade e a Liberdade*. São Paulo: Editora 34, 2002.

-STONE, L. *El pasado y el presente*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

TURNER, F. O significado da fronteira na História Americana. In: KNAUSS, P. (Org.). *Oeste Americano*. Niterói: Editora da UFF, 2004, pp. 23-54.

VALENZUELA, P. *Elementos para el análisis de la formulación de política exterior*. Santiago: Instituto de Asuntos Públicos para la Universidad de Chile, 2013.

VAN KLAVEREN, A. El análisis de la política exterior latinoamericana: perspectivas teóricas. In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. (Comps.). *Entre*

*la autonomía y la subordinación. Política exterior de los países latinoamericanos*, Tomo I. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985, p. 14-49.

WILHELMY, M. Los objetivos de la política exterior latinoamericana. In: *Estudios Internacionales*, v. 24, n. 94, p.176-193, 1991.

WOOD, D. *Abortive panacea: Brazilian military settlements, 1850 to 1913*. Tese de doutoramento, Salt Lake City: University of Utah, 1972.

ZUSMAN, P. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *Doc. Anál. Geogr*, v. 56, n.3, p. 503-524, 2010.